

Entre a casa e a rua: mudanças no cotidiano feminino em Teresina na década de 1970

Nalva Maria Rodrigues de Sousa*

Resumo: O presente texto analisa algumas matérias do jornal *O Dia*, em Teresina, das décadas de 1960 e 1970, as quais têm como tema, transformações no cotidiano feminino. Essas matérias têm como ponto comum a saída de algumas mulheres do espaço privado, onde agregavam mais funções ao seu cotidiano. A tensão entre a casa e a rua é notada nas reportagens do período estudado, através de opiniões de apoio a essas “novas” mulheres como também de um certo “despontamento” às mudanças sociais.

Palavras-chave: Mulheres. Espaço público. Espaço privado.

Abstract: The current text analyses some matters of the *O Dia* newspaper, in Teresina, of the decade of 1960/ 1970's, what they have like subject, transformations in the feminine daily life. These matters take as a common point the exit of some women of the private space, where they were collecting more functions to his daily life. The tension between the house and the street is noticed in the reports of the studied period, through opinions of support to these "new" women also of a certain "dawn" to the social changes.

Key words: Women. Public space. Private space.

A presença das mulheres no espaço público, já se traduz uma realidade, não exatamente como muitas desejavam, mas algumas conquistas podem ser apontadas nessa trajetória feminina. A conquista do voto no Brasil, na década de 1930, legitimou a possibilidade de as mulheres entrarem na política, bem como uma maior abertura do espaço público ao trabalho e aos demais setores sociais. Também os movimentos sociais que enfatizavam as mulheres como sujeitos participativos foram algumas conquistas sociais e políticas do universo feminino.

No entanto, muitas ainda teriam que “legitimar” essas transformações internamente, com elas mesmas, posto que o lugar ‘naturalizado’ às mulheres, por um longo tempo, pela sociedade e por elas mesmas, foi de distanciamento da esfera pública. Conciliar os espaços público e privado era então outro desafio a ser vencido, principalmente quando as mulheres já haviam constituído família, com casa, filhos e marido.

Essa dicotomia feminina entre o acesso que estava sendo “conquistado” e “permitido” socialmente e o tradicional esteve presente no cotidiano de algumas mulheres, se observarmos que,

* Mestre em História do Brasil, pela Universidade Federal do Piauí. Professora da Universidade Estadual do Piauí e de Faculdades da rede particular em Teresina – PI.

o consenso dominante de que a responsabilidade primeira das mulheres era gerar e criar os filhos saudáveis, produtivos e moralmente retos, reprimiu o comportamento sexual das mulheres, definiu seu relacionamento com seus maridos, definiu traços de caráter e sentimentos apropriados e restringiu os papéis profissionais e sociais disponíveis para elas (por razões objetivas e subjetivas). (BESSE, 1999: 101).

Essa observação feita por Susan Besse se reporta ao início do século XX, quando a responsabilidade primeira das mulheres era cuidar da família, “castrando-se” em muitos casos a realização de projetos pessoais femininos, o que acarretou, em alguns casos, frustrações. As realizações pessoais ficariam para outro momento ou seriam canceladas pela necessidade da mãe estar muito presente no lar. Como esta era uma exigência padrão de nossa sociedade, a mulher teria a responsabilidade de formar e informar seus filhos 24 horas por dia. Assim, a entrada delas no espaço público durante todo o século XX, foi caracterizada por avanços e recuos, pois determinadas exigências do espaço privado faziam com que desistissem de continuar um trabalho fora de casa. Isso sem falar no discurso político do início do século XX, de que as mulheres seriam as responsáveis por uma pátria organizada, a partir da educação dos filhos.

No ambiente urbano em rápido crescimento, onde os filhos já seguiam automaticamente os passos dos pais, as famílias não tinham outra escolha senão arcar com a tarefa árdua e cansativa de preparar cuidadosamente sua prole para ser bem sucedida no mercado cada vez mais competitivo. Uma sólida educação tornou-se muito mais importante do que uma herança para garantir o futuro de um filho. Somente instilando continuamente nos filhos os novos valores burgueses e proporcionando-lhes formação profissional ou treinamento vocacional adequados poderia a família preparar um filho para se tornar bom cônjuge e pai, operário ou profissional competente e cidadão exemplar. (BESSE, 1999: 107).

Essa responsabilidade em encaminhar os filhos para a norma e o bem era mais direcionada às mães, que tinham o dever quase divino por serem agraciadas com a maternidade, “coroamento e demonstração tangível da feminilidade da mulher”. O Estado adotava o discurso de que a ‘finalidade [da mulher] não existiria enquanto ela não realizasse sua missão mais doce e mais sublime, que era a maternidade’, a qual seria condição para a felicidade das mulheres, devendo elas não apenas ser mães, mas, acima de tudo, mães perfeitas. (BESSE, 1999: 108-109). E essa concepção de que as mulheres teriam a responsabilidade maior com a organização da família dificultou e postergou em muitos casos a saída do espaço privado das que desejavam exercer alguma atividade no espaço público.

Espaço privado e espaço público se consolidaram como categorias cultural e historicamente construídas e diferenciadas pelo sexo.

As antigas categorias estabelecidas de homem e mulher, amplamente sedimentadas, podem ter criado uma divisão de trabalho em dois espaços distintos – o público e o privado – atribuindo áreas de atuação e poderes diferentes a homens e mulheres. Esta divisão parece bastante resistente à mudança, mas tal fato não a legitima e tampouco garante sua permanência. Ao contrário partilhamos a visão de que estas antigas categorias de homem e mulher devem muito à cultura e à história, elas passam a ser vistas como refletindo algo que não um sistema binário pré-ordenado e toda a questão da igualdade e da alteridade assume uma nova dimensão. (ROCHA-COUTINHO, 1994: 16).

Essa separação histórica e cultural dos espaços, segundo Rocha-Coutinho, surgiu com a ascensão burguesa, o aparecimento da sociedade industrial e o capitalismo, confinando as mulheres ao privado, reduzindo-as ao papel de mães e esposas. (ROCHA-COUTINHO, 1994: 27). Mas as funções estabelecidas pelos espaços começam a ser questionadas a partir do momento em que as mulheres passam a ter uma ligação direta com o trabalho na esfera pública. Possibilitando outras sociabilidades, esse espaço vai trazer às mulheres uma satisfação pessoal e, ao mesmo tempo, uma série de conflitos pela multiplicidade de papéis que elas deverão desempenhar. Isso acontece por conta de os papéis tradicionais ainda fazerem parte de seu cotidiano familiar, reforçados pela cultura, como o casamento. (ROCHA-COUTINHO, 1994: 62-63).

No final da década de 1960 e início de 1970, o crescimento da participação feminina no espaço público não modificou funções no seio da família, ao contrário a estas foram acrescentadas, as novas. Assim, as mulheres passaram a viver um ‘universo dual’ em decorrência da combinação de papéis estruturalmente diversos, entre o público e o privado. (AVELAR, 1989: 23).

Essa “nova mulher” continuava, pois, inserida na tensão entre os papéis consolidados tradicionalmente e as novas possibilidades do espaço público, sendo que a mulher e espaço público foi, ao longo das três últimas décadas do século XX, pauta constante de discussão na Igreja e nos grupos sociais, com objetivos diversos, ora aceitando-se como mudança necessária, pela transformação porque passava o espaço público, a família e as próprias mulheres, ora ressaltando-se ainda os papéis tradicionais atribuídos às mulheres e aos homens, como podemos observar em trecho do jornal *O Dia* da década de 1960.

Com as dificuldades da vida moderna, a mulher foi obrigada a procurar uma profissão para obter sua independência econômica ou ajudar na manutenção do lar. Modificou-se, desde então, o conceito em que era tido o ‘sexo fraco’ que hoje atua nos mais diversos setores de atividades. Vemos a mulher moderna, destacando-se na Medicina, na Arte, na Política, como funcionária pública, etc., comprovando, assim, a sua capacidade e inteligência. Vai longe a época em que as “filhas de Eva” eram consideradas intelectualmente inferiores ao homem e nos tempos atuais já um outro problema começa a surgir: uma tendência a se desvalorizar o papel da mulher na família. Em nossos dias há

mesmo quem ache revoltante o fato de uma mulher inteligente perder [-se] entre fraldas e mamadeiras. Esta é sem dúvida uma concepção tão errada quanto a que se tinha na antiguidade.

O trabalho da mulher na família jamais pode ser desvalorizado, por que está diretamente ligado aos destinos do mundo. A família é o ambiente natural para o desenvolvimento da personalidade humana. É indispensável à criança que dela receba proteção e segurança, apoio para o adolescente contra inquietações que o atormentam e refúgio para o casal. A família é realmente tudo para o homem e dentro dela um lugar insubstituível cabe à mulher. (*O Dia*, 11 nov. 1964: 3).

Ao tempo em que o articulista ressalta a necessidade de as mulheres desenvolverem um trabalho no espaço público, destaca também a função natural feminina, insubstituível no seio familiar. Na prática, algumas mulheres nas décadas de 1960 e 1970 viviam entre o que poderiam fazer e o que queriam, posto que, apesar de até poderem conciliar os dois espaços, por possuírem certa condição financeira, experimentavam certo sentimento de culpa por abandonar a casa, os filhos e o marido por um período diário.

Assim por muito tempo foi cultivada pelas mulheres a necessidade de conseguir um bom casamento, deixando a carreira profissional para um outro momento, sendo que esse anseio estaria fadado ao esquecimento. Para reforçar esse “destino” feminino, existia um aparato de mecanismos para consolidar a maneira de ser da mulher no casamento. Carla Bassanezi, em sua pesquisa de mestrado cujo título é ‘Revistas femininas e o ideal de felicidade conjugal (1945-1964)’, faz um levantamento dos artigos publicados nas revistas *Jornal das Moças* e *Cláudia* nos quais se abordavam caminhos para a felicidade e harmonia conjugal. Segundo explicação da própria historiadora reportagem de jornal,

Durante décadas as revistas femininas educaram gerações para a busca de um determinado tipo ideal de felicidade conjugal diz a pesquisadora Carla Bassanezi. [...]. Carla Bassanezi analisa o discurso das revistas e suas mudanças ao longo do tempo diante do problema da manutenção dos casamentos e da dominação masculina nas relações homem-mulher. Segundo a historiadora, as revistas consideradas principais periódicos brasileiros, na época, [década de 1940, 1950 e 1960] penetravam no espaço doméstico e atuavam basicamente como guias de ação, de conselhos, companheiras de lazer e escape. (*O Dia*, 24 nov. 1993: 9).

Essas revistas indicavam o comportamento mais apropriado, condicionado pela ‘moral e os bons costumes’. Defendiam a família estável, dentro da tradição, sendo que para a mulher a prioridade deveria ser o lar, pois, se não fossem boas donas-de-casa, mães e esposas poderiam ser tachadas de levianas. As revistas também estabeleciam o ideal de feminino e masculino na constituição de um “casamento feliz”: Nesse sentido, as mulheres deveriam ser sempre compreensivas e pacientes, nunca discutir com o marido ou queixar-se. Ainda, os desejos das esposas, estavam vinculados aos do marido, que tinha o dever de sustentá-la. As

publicações analisadas orientavam quem deveria sentir- feliz no casamento, em primeiro lugar, seria o marido, depois os filhos e, com isso, a mulher atingiria a felicidade.

Dentro do matrimônio, a esposa era então a ‘rainha do lar’, mas não exercia o poder sozinha, pois o marido continuava sendo a autoridade fora e dentro de casa, já que aos homens cabia estabelecer regras no espaço público e no privado. Entretanto esse era um padrão de comportamento, não uma realidade total. Não podemos esquecer que existiam as brechas dentro da norma social estabelecida, a qual sofria alterações quando aliada a outros fatores, como classe social, religião, emprego, dimensão do núcleo familiar e educação que os “chefes” da família receberam. Tais fatores influenciam na forma de perceber as regras sociais, levando a aceitá-las totalmente ou não. (ROCHA-COUTINHO, 1994: 103).

Diante do exposto, tornam-se compreensíveis alguns pontos abordados neste texto. Senão vejamos: o universo feminino do final da década de 1960 foi sofrendo mudanças com relação aos espaços anteriormente estabelecidos, pois o aumento da participação das mulheres no espaço público, (HOBSBAWM, 1995: 304), aliado a características tradicionais, criaram conflitos sociais e subjetivos. Outro ponto interessante foi o surgimento de movimentos que destacavam a necessidade das mulheres no espaço público, reconfigurando o privado, pois elas deveriam saber conduzir mais uma função, satisfatoriamente, ou correriam o risco de críticas negativas. Podemos visualizar, através de reportagens, algumas imagens dessas transformações, a partir do olhar masculino.

Na antiguidade a mulher era tida apenas como um ser relegado, inferior, portanto incapaz de assumir qualquer responsabilidade, especialmente no sentido intelectual. Cognominada de sexo fraco e belo, que na verdade não é apenas belo, é belíssimo, vivia relegada a um plano inferior, quando muito servindo de ornamentação, verdadeiro bibelô de sala.

A mulher, não só no sentido intelectual era considerada incapaz, mas também em outros setores da vida, como, por exemplo, na vida pública, isto é, no setor da administração, onde a mulher modernamente tem dado o máximo.

[...]

Graças à compreensão humana e, sobretudo à luta da mulher, em busca de melhores conquistas, para igualar-se ao seu semelhante do chamado sexo forte, goza ela hoje, no mundo moderno, os mesmos direitos do homem. Mas para isso teve que lutar sugerindo e participando de congressos mundiais pelos seus direitos, promovendo e fazendo conferências, enfim, lutando com afã para, como se diz conquistar, um lugar ao sol. E aí vemos o resultado de sua luta, cujos loiros têm [-se] envaidecido chegando, muitas vezes, a superar seu companheiro, quando este é apenas um veste calças.

A mulher, que naquela época preferia seu lar, hoje o abandona para buscar maior ajuda não só para si, mas também como uma forma de auxílio ao companheiro que, sem ela não poderá viver, uma vez que ela é um complemento de sua vida afanosa e apaixonada. As atuais contingências da vida moderna, o processo galopante da técnica industrial fazem com que a mulher abandone seu ‘doce lar’ e, trajando-se de calça e casquete, busque uma melhor contribuição para o lar. Muitas delas, às vezes, desdenham o seu ex-senhor e procuram viver, a seu modo, a ‘doce vida’.

No regime democrático, a mulher tende a subir cada vez, e o homem que veja isso, pois ela já goza dos mesmos direitos e vantagens concedidas ao seu antigo senhor, e as leis a protegem como protegem seu semelhante. (*O Dia*, 20 jun. 1969: 4).

Esse texto do final da década de 1960 apontava, através da visão do cronista, uma receptividade à presença das mulheres no espaço público, ressaltando a ou até superando-os, característica que, segundo Rocha-Coutinho sua luta pela conquista de direitos. Deixando de dedicar-se apenas ao lar, elas vão igualando-se aos homens, não era bem aceita, nas décadas anteriores, quando as mulheres não deveriam mostrar-se superiores aos seus companheiros, ao contrário, deveriam esconder sua inteligência. Assim, em alguns momentos, as mulheres foram utilizando, sutilmente, estratégias, na situação de dominada, conseguindo em muitos casos atingir, com o jeitinho delicado, objetivos pessoais e, paulatinamente, fazer parte do espaço público de forma mais intensa. A presença da mulher nesse espaço passa a ser exaltada também pela Igreja. (ROCHA-COUTINHO, 1994: 101-104).

Embora sejam entoados hinos às conquistas femininas e à posição que desfrutam na atual civilização, ainda pairam desconfianças em torno dela. Felizmente, homens como João XXIII reconhecem e assinalam o ingresso da mulher na vida pública ‘Cada vez mais a mulher toma consciência da sua própria dignidade de pessoa humana, não admitindo mais ser tratada como objeto ou instrumento, reivindicando direitos e deveres consentâneos com sua dignidade de pessoa, tanto na vida familiar como na vida social. *O Dia*, 8/9 jun. 1975: 15).

A Igreja católica, na figura do papa, ressalta mudanças na vida das mulheres, deixando de lado desconfianças e dando crédito às conquistas femininas. Essa opção por reconhecer a importância da mulher na vida pública pode ser percebida como uma forma de não criar atrito com as mulheres posto que elas eram e ainda são seu principal ponto de apoio na divulgação de sua crença. Vale lembrar que, no momento de divulgação dessa matéria, 1975, o movimento feminista estava em ascensão nos Estados Unidos e no Brasil. Esse ano as Nações Unidas elegeram como o Ano Internacional da Mulher, assim, os diversos setores sociais buscavam destacar e apoiar conquistas femininas.

Outros assuntos, como padrões de beleza feminina ainda eram bastante veiculados socialmente. Exemplo de um corpo feminino escultural era destaque dos concursos de miss nas décadas de 1970 e 1980, os quais existem até os dias atuais, porém o que chama a atenção era sua quantidade e variedade. Como se tratava de concursos de beleza, as moças eram ressaltadas pela sua aparência corporal. Claudete Trindade, por exemplo, candidata a rainha do Carnaval, é caracterizada por ter “17 anos, um sorriso encantador, e o peso bem distribuído nas suas medidas exatas”. Essa propaganda estimulava outras moças, em Teresina e em todo o

Piauí, a fazer parte dos concursos, que abarcavam as mais diversas modalidades. Além da rainha do Carnaval, existia concurso para Miss Piauí, Miss Universitária, Miss Escurinha, Rainha do Caju, Rainha dos Motoqueiros, Miss Funcionária, Miss Mirim, Miss Teresina, Miss Suburbana.¹ As notícias veiculadas na imprensa piauiense orientavam como as mulheres deveriam seguir padrões de beleza e a prioridade dada a esse tipo de notícia obscurecia a abordagem de outros assuntos, como a participação feminina na política.

Apesar das perspectivas sociais acerca do universo feminino ainda estarem centradas na beleza estética, outras mulheres vão suavemente reconduzindo seus projetos, antes pautados pela família, passando a dialogar com outros espaços e abrindo novas possibilidades de sociabilidades no seu cotidiano. Como podemos constatar em algumas pesquisas, dava-se o crescimento da participação feminina no trabalho na esfera pública.

No ano de 1972, é realizada uma Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio, - PNAD, divulgada no ano de 1975, a qual constatou um crescimento na participação das mulheres economicamente ativas (mulheres que produzem ou realizam serviços remunerados, excluídas das tarefas domésticas, se estas não se caracterizaram por troca de salário, ou seja, as que trabalham, “apenas”, como donas-de-casa estão excluídas da categoria de economicamente ativas). (*O Dia*, 3 fev. 1976: 12).

Demonstrou-se um avanço a participação feminina em alguns setores, como a indústria e o serviço social. O estudo verificou que esse comportamento feminino é resultado da modernização e que a participação mais ativa contribuía para uma diminuição de desigualdades sociais.

Um dos mais seguros indicadores da modernização de uma sociedade é a crescente participação da mulher nas atividades econômicas, culturais, profissionais, etc. A esta crescente participação está associada a um aumento na igualdade de oportunidade o que, através do tempo, redundará na redução das disparidades de remuneração e na melhoria da distribuição de renda social. (*O Dia*, 1/ 2 jun. 1975: 10).

A pesquisa não contemplou os estados do Amazonas, Piauí, Roraima, Rondônia, Goiás e Mato Grosso. Outra pesquisa mais abrangente, destaca que as mulheres participam mais da vida econômica do país ao migrarem para o espaço urbano. Essa participação é influenciada pela educação, estado civil e cultural das mulheres.

O nível de participação das mulheres na força de trabalho está estritamente relacionado com uma quantidade de fatores, como o nível de educação, fecundidade,

¹ Esses concursos são noticiados, ao longo das décadas de 1970 e 1980, no jornal *O Dia*.

estado civil, existência de serviços e outros fatores culturais. Apesar de nenhum deles ser independente dos demais, é útil considerar cada um separadamente para poder extrair conclusões gerais. (*O Dia*, 3 fev. 1976: 12).

Essas pesquisas demonstraram que a presença feminina nos espaços públicos e no trabalho era uma realidade crescente no Brasil e, embora atrelada a alguns fatores, estes não eram predominantes. Acrescenta-se que, apesar de esses estudos apresentarem um avanço na participação da mulher no espaço público, não se tratava de uma característica homogênea.

REFERÊNCIAS E FONTES

AVELAR, Lúcia. *O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil*. Campinas: Unicamp, 1989.

BESSE, Susan K. Atualização da educação dos filhos. In: BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: Reestruturação da Ideologia de Gênero no Brasil, 1914-1940*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999. p. 99-121.

HOBBSAWM, Eric. A revolução social. In: _____. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 282-313.

ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. *Tecendo por trás dos panos: a mulher nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

A MULHER na família. *O Dia*, Teresina, ano XIV, n. 1383, p. 3, 11 nov. 1964.

A TESE que radiografa revistas femininas. *O Dia*. Teresina, ano XLII, n. 10 366, p. 9, 24 nov. 1993.

A MULHER no mundo moderno. *O Dia*, Teresina, ano XIX, n. 2754, p. 4, 20 jun. 1969.

A MULHER no mundo atual. *O Dia*. Teresina, ano XXIV, n. 4222, p. 15, 8/9 jun. 1975.

MULHER latino-americana. *O Dia*, Teresina, ano XXV, n. 4401, p. 12, 3 fev. 1976.

A POSIÇÃO da mulher. *O Dia*, Teresina, ano XXIV, n. 4218, p. 10, 1/ 2 jun. 1975.